



## PODER LEGISLATIVO CÂMARA MUNICIPAL DE ORIXIMINÁ

Ata da Trigésima Terceira Sessão Ordinária do 7º Período Ordinário da 19ª Legislatura da Câmara Municipal de Oriximiná.

Aos dezoito dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e quatro, sob a Presidência da vereadora Joseane de Oliveira Seixas, teve lugar a Sessão. Feita a chamada verificou-se a presença das vereadoras e vereadores: Antônio Odinélio Tavares da Silva Junior; Francisco Azevedo Pereira; Marcio Kellen Soares Canto, Elizandro Malcher Ferraz, Arnaldo de Oliveira Gemaque, Deybson Delmar Rasch, Marta Monteiro Godinho, Ivalter Barbosa Cardoso Filho, Rafael Luiz Miléo Viana, Manoel Lucivaldo Siqueira e Mauro Luiz de Oliveira Wanzeller. Ausentes os vereadores: Marcelo Augusto Andrade Sarubbi, Ana Cleyde Tavares Batista Filha e Adeilson da Costa Lopes. Constatando haver número legal à hora regimental, assumiu a Presidência a vereadora Josy Seixas, na qualidade de vice-presidente da Casa, na ausência do titular. A seguir a Sra. Presidente “Sob a proteção de Deus e em nome do povo oriximinaense” declarou aberta a sessão, convidando o vereador Marcio Canto, para assumir a 2ª Secretaria, na ausência da titular. Composta a Mesa, a Sra. Presidente solicitou ao 2º Secretário designado que procedesse a leitura da ata da última sessão realizada na Casa, a qual lida submetida a discussão e posterior votação, foi aprovada por unanimidade. Ato contínuo, a Sra. Presidente solicitou ao 1º secretário que procedesse a leitura das matérias agendadas para o expediente, na qual constatou o seguinte: Requerimento do vereador Deybson Rasch, pede que seja oficiado ao Prefeito Municipal, solicitando a reforma da ponte do Alambique I, em caráter de urgência; Requerimento do vereador Mauro Wanzeller, pede que seja oficiado a Secretaria Municipal de Finanças, que envie cópia do Relatório de Cálculo do repasse ao Legislativo -Duodécimo, especificamente a Receita que compõe e a base de calculo do repasse ao legislativo municipal durante o período de 1º de janeiro de 2023 até 31 de dezembro de 2023; Parecer nº 033/24, da Comissão de Constituição e Justiça, favorável à aprovação do Projeto de Lei nº 029/24, de autoria da vereadora Keké Batista, que Declara e reconhece como de utilidade pública municipal a Associação Beneficente da Amazônia – ASBAM-Anjos da Pediatria, e dá outras providencias; Pareceres nrs. 069/23 e 005/24, das Comissões de Justiça e Educação, favoráveis a aprovação do Projeto de Lei nº 083/23, de autoria da vereadora Josy Seixas, que dispõe sobre a Instituição do Diploma “Zumbi dos Palmares” Ofícios nrs. 068 a 071/24, expedidos ao Prefeito e a diversos; Projeto de Lei nº 034/24, que Dispõe

sobre a Concessão de Direito Real de Uso – CDRU de áreas Públicas do Município de Oriximiná para fins de Regularização Fundiária e Urbanização, e dá outras providências, contendo 34 processos; Ofício nº 098/24, recebido do Prefeito Municipal; Ofício Circular nº 02/24, do Presidente do Conselho Municipal de Saúde. Terminada a leitura do expediente, o Sr. Presidente facultou a palavra aos senhores vereadores. Com a palavra o vereador Mauro Wanzeller reportou-se sobre um fato que ocorreu na escola Iracema Givone, onde o prefeito humilhou, destratou de forma covarde a professora que é esposa do Professor Savio Pinheiro. Disse ainda que a diretora daquele educandário juntamente com a secretária de educação ameaçou a transferir a professora, com certeza foi o prefeito que determinou, uma vez que é de praxe ele ter esse tipo de atitude quando é contrariado ou não são do lado dele. Sendo que ela é concursada e o SINDISMOR vai tomar as devidas providências sobre esta questão. Disse ainda que esse prefeito é acostumado destratar mulheres, como já fez com as três vereadoras em praça pública, ele só não tem esse tipo de atitude com homens, inclusive ele anda com vários capangas. Finalizou chamando atenção da população que tem a maior arma na próxima eleição trocar esse gestor ditador que se instalou em nosso município. A seguir ocupou a tribuna o vereador Lico, manifestando sua solidariedade a servidora pública da área da saúde, Sra. Ronilda, que foi acusada por algo que ela não cometeu, foi humilhada, engasgada, destratada e ameaçada com arma na cabeça, o que é revoltante e grave, mas isso não foi mostrada na mídia, só mostram coisa boa dessa gestão. Então se ela fez algo de errado com certeza foi amando do superior dela, no caso o secretário de saúde. Finalizou dizendo que mesmo se fizesse parte dessa gestão não iria compactuar com esse tipo de atitude. Em seguida fez uso da palavra a vereadora Josy, após ter sido substituída na presidência pelo 1º secretário, que após saudar os presentes disse que desde o dia 1º de janeiro de 2021, o ódio, a imposição o autoritarismo se implantou em nosso município. Disse ainda que podemos observar as mazelas que estão acontecendo em Oriximiná, principalmente nas áreas da saúde e educação. Citou como exemplo os barqueiros que até a presente data muitos não receberam o diesel e ainda são culpados de estarem vendendo o combustível, inclusive para eles receberem o diesel integral, são obrigados a roçar a área da escola, para compensar os dias que eles passaram na frente da cidade esperando pagamento e combustível, o que é inaceitável. Disse que nesta gestão quando é descoberto algum roubo, colocam a culpa em outra pessoa. Citou ainda a fraude que existe no transporte escolar, onde era pago duas rotas na escola Hilda Viana, sendo que só funciona um período de aula naquele educandário, mas já denunciou junto ao Ministério Público. Falou dos servidores contratados que muitos não receberam seus salários, como também os que foram demitidos não receberam seus direitos trabalhistas. Finalizou assegurando que não vai se calar diante das mazelas que estão ocorrendo nas áreas da saúde e educação em nosso município. Não havendo mais nenhum vereador que desejasse fazer uso da palavra, a

Sra. Presidente facultou aos líderes partidários. Com a palavra o vereador Wanzeller, reportou-se sobre o requerimento que apresentou nesta sessão solicitando Relatório de Cálculo da Receita que serve de base de cálculo do duodécimo da Câmara durante o período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2023. Lembrou que na audiência pública da LDO-2025, colocou a necessidade do referido relatório, até porque o Ministério Público, emitiu parecer desfavorável a este Poder, por não constar o relatório da base de cálculo do repasse da câmara, então para que isso não venha mais ocorrer apresentou através de requerimento, o qual espera contar com o apoio de todos os vereadores. Continuando o vereador reportou-se sobre os projetos de leis que versa sobre o direito real de uso, lido no expediente desta sessão, onde constatou divergências em relação a datas do requerimento da pessoa interessa, do protocolo da prefeitura e do parecer da procuradoria do Município, o que deve ser corrigir pela comissão competente. Acrescentou ainda o vereador Mauro que no seu ponto de vista os referidos projetos de leis que foram lidos nesta sessão como os que já foram aprovados, o prefeito vai usar para fazer politicagem. Por esta razão, o nobre vereador requereu verbalmente que sejam convocadas todas as pessoas que vão receber o direito real de uso, para virem a este Poder, onde vamos esclarecer como é a tramitação dos mesmos. Continuando o nobre vereador reportou-se sobre o orçamento do município, acrescentando que numa ocorreu de ser encaminhado a este Poder um orçamento municipal, com o valor muito abaixo do orçamento anterior, como veio em 2024, o que é inaceitável, até porque durante três anos e cinco meses de mandato da atual gestão, o município arrecadou mais de um bilhão reais. Sendo que tem muitos servidores sem recebeu seus salários, assim como os fornecedores e prestadores de serviço, como é o caso de uma empresa que faz bloco, que está dois meses sem receber. Ainda com a palavra o vereador Mauro reportou-se sobre o projeto de lei de sua autoria datado de 14 de fevereiro de 2023, que Institui o Programa Bolsa Atleta no Município de Oriximiná, que se encontra tramitando na comissão competente neste Poder. Disse que analisando a LDO para 2025, constatou um recurso no valor de um milhão de reais para tal finalidade, portanto é de suma importância o referido projeto de lei, que vai beneficiar muitos atletas que estão indo para fora do município em busca de seus sonhos. Em aparte a vereadora Josy, disse ser lamentável o prefeito alegar que a Câmara não precisa dos (7%) sete por cento do duodécimo, porque não faz nada, o que não é verdade, pois temos várias ações em prol da população que foram paradas, como também inúmeros projetos de leis aprovados que não foram colocados em prática, muitos que vem beneficiar a nossa população. Em seguida parabenizou o vereador Lico, pelo fato ocorrido que colocou nesta sessão, sobre a servidora da área da saúde que foi humilhada, destrutada, o que é recorrente na atual gestão. Continuando a nobre vereadora falou da falta de transporte escolar que está ocorrendo também na sede do município, segundo informações passa semana o ônibus escolar quebrado e os alunos especiais não estão indo para

escola. Em seguida colocou um áudio de uma mãe reclamando que o ônibus escolar estava há três semanas quebrado com isso os alunos não estavam indo para a escola, o que é inaceitável. Continuando o vereador Mauro, disse que realmente nesta gestão as pessoas são humilhadas, principalmente os servidores públicos, assim como os vereadores de oposição não podem estarem em qualquer local público que são filmados, o que é revoltante, até porque as obras que foram construídas em Oriximiná, foi com recurso público, ou seja, nosso dinheiro. Não havendo mais nenhum líder que desejasse fazer uso da palavra, a Sra. Presidente solicitou aquiescência do Plenário, para dispensa do Intervalo Regimental de quinze minutos. Obtido a aquiescência do Plenário, a Sra. Presidente passou a Primeira Parte da Ordem do Dia, solicitando ao 1º Secretário, que procedesse a leitura das matérias em pauta para discussão e votação. Lido e submetido a discussão o Parecer nº 033/24, da Comissão de Constituição e Justiça, favorável à aprovação do Projeto de Lei nº 029/24. Dito Parecer, posto em votação, foi aprovado por unanimidade, lidos e submetidos a discussão os Pareceres nrs. 069/23 e 005/24, das Comissões de Justiça e Educação, favoráveis a aprovação do Projeto de Lei nº 083/23. Ditos Pareceres, postos em votação, foram aprovados por unanimidade, na forma regimental um a um. Lido e submetido a discussão o requerimento do vereador Mauro. Com a palavra o vereador justificou seu trabalho, falando da importância de obter o relatório da base de cálculo do duodécimo da câmara, para apresentar emendas a LDO-25, em caráter de urgência até porque o presidente da comissão de economia deu o prazo na audiência pública, até o dia 20 do corrente mês. Espera contar com o apoio de todos os vereadores. O vereador Manoel Bochecha, assegurou que vai acatar todas as emendas que foram apresentadas a LDO-2025, até o dia 20 do corrente mês, para que seja aprovado o referido projeto de lei e encaminhado ao executivo dentro do prazo estabelecido pela Lei Orgânica e pelo Regimento Interno da Casa. Dito requerimento, posto em votação, foi aprovado por unanimidade. Lido e submetido a discussão o requerimento do vereador Deybson Rasch. Com a palavra o autor, justificou seu pleito, falando da necessidade em caráter de urgência da reforma da ponte do Alambique I. O vereador Quinho Azevedo disse que segundo informações já estavam transportando a madeira para reformar a referida ponte. Dito requerimento, posto em votação, foi aprovado por unanimidade. Esgotadas as matérias em pauta para discussão e votação, a Sra. Presidente passou a Segunda Parte da Ordem do Dia, facultando a palavra aos senhores vereadores. Com a palavra a vereadora Josy, parabenizou pelo sistema instalado no hospital municipal, onde é colocado todos as consultas médicas, medicamentos do paciente, além da produção, para que o município receba recurso do governo federal, o que é louvável, inclusive é uma exigência do SUS. Disse que faz um pedido que seja instalado o protocolo eletrônico na prefeitura, assim como já tem na Câmara, para que não tenha o protocolo manual, e que não venha ocorrer com os projetos de leis sobre o CDRU, com divergências nas datas de protocolo, do

requerimento da pessoa, parecer para procuradoria do município, declaração da SEMDURB, o que demonstra uns processos montados, o que não é de forma legal. Não havendo mais nenhum vereador que desejasse fazer uso da palavra a Sra. Presidente agradeceu a presença de todos e “Em nome de Deus”, encerrou a Sessão, marcando outra para quarta-feira no horário regimental. Para constar foi lavrada a presente Ata. Eu, \_\_\_\_\_, 2º Secretário, subscrevo a presente ata, que depois de lida e aprovada, vai assinada por mim e pelos demais membros da Mesa.

Presidente

1º Secretário

2º Secretário